UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA

Vinícius de Castro Domingues

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MERCADO DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO RURAL DO PARANOÁ-DF

Brasília/DF
Maio/2015

VINÍCIUS DE CASTRO DOMINGUES

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MERCADO DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO RURAL DO PARANOÁ-DF

Monografia apresentada ao curso de Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Agronegócios.

Orientador: Profa. Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán

Brasília/DF
Maio/2015

Ficha Catalográfica

Domingues, Vinícius de Castro.
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a inserção dos agricultores familiares no mercado de alimentos: um estudo de caso na região rural do Paranoá-DF / Vinícius de Castro Domingues. – Brasília – DF: [s.n], 2015.
68 f. : il.

Monografia (Bacharelado em Gestão de Agronegócios) – Universidade de Brasília,
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2015.
Orientação: Prof(a). Dr(a). Mireya Eugenia Valencia Perafán.

1. Agricultura familiar. 2. Mercado Institucional. 3. Programa de Aquisição de Alimentos. I. Título: Subtítulo.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MERCADO DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO RURAL DO PARANOÁ-DF

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso do aluno Vinícius de Castro Domingues

_____

Profa. Dra. Mireya Eugenia Valencia Perafán
Universidade de Brasília / FAV /UnB
(Orientador)

_____

Prof. Dr. Jean Pierre Passos Madeats
Universidade de Brasília / FAV /UnB
(Examinador)

_____

Profa. Dra. Magali Costa Guimarães
Universidade de Brasília / FAV /UnB
(Coordenador)

Brasília/DF
Maio/2015

Dedico este trabalho a minha mãe, que é a base da minha vida e sem ela nenhum sonho seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado o dom da vida, sabedoria e força de vontade para continuar na universidade ao longo desses quatro anos e meio.

À minha família, em especial à minha mãe Maria Justa de Castro que me deu amor e carinho, além de investir em mim ao longo dos meus 22 anos de idade, saiba que antes dessa conquista ser minha ela é da senhora.

Agradeço à minha orientadora, Mireya Eugenia Valencia Parafán pela orientação, dedicação e pelas maravilhosas aulas que tive o prazer de assistir. Obrigado por todo apoio e pela paciência da senhora.

Aos meus grandes amigos de universidade. Saibam que esse longo período de universidade não seria tão divertido e prazeroso sem vocês.

Aos professores Marlon Vinícius Brisola e Magali Costa Guimarães pelos auxílios na elaboração da monografia.

Ao amigo e gerente do escritório local da EMATER no Paranoá, Gerlan Teixeira, que me ensinou um pouco sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e transformou meu último local de estágio em um ambiente descontraído e amistoso.

Aos produtores rurais que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa.

À minha namorada Daniela Werlang pelo apoio moral e pela sua companhia.

Camponeses deixam de ser camponeses quando se tornam totalmente comprometidos com a produção em mercados completos; eles se tornam assim empresas rurais familiares (NAVARRO, 2010, p. 200 apud ELLIS, 1988, p. 9)

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi investigar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos para a inserção dos agricultores familiares ao mercado de alimentos. A agricultura familiar produz os principais alimentos que compõe a alimentação dos brasileiros. O PAA atinge no DF mais de 65 mil pessoas, entre os agricultores familiares e as unidades beneficiárias. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com aplicação de entrevistas semiestruturadas a 5 produtores rurais do Paranoá-DF e 2 gestores responsáveis pela execução do programa, além de análise em documentos e relatórios sobre o PAA no DF. Verificou-se que o Programa de Aquisição de Alimentos serve como uma escola para o produtor conseguir vender os seus alimentos a um mercado mais competitivo, mas ainda alguns agricultores possuem dificuldades de conseguir adentrar em outros mercados por diversos motivos. Apesar de muitos agricultores saberem que o programa tem como objetivo ser um mercado alternativo para que o produtor comercialize o excedente de sua produção, muitos são dependentes desse mercado, mas são conscientes que precisam buscar outro. A saída para esses agricultores se inserirem em outros mercados seria por meio de maior organização e interesse, além de apoio da associação na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mercado Institucional. Programa de Aquisição de Alimentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Área rural do Paranoá-DF. 38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção Nacional de Alimentos..... 28
Tabela 2 – Número de agricultores participantes do programa nos últimos quatro anos: 44
Tabela 3 – Valor total comercializado 46
Tabela 4 – Valor médio pago a cada produtor 46
Tabela 5 - Peso total comercializado (em kg) 46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cálculo para definição do tipo de agricultor familiar 25
Quadro 2 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos 34
Quadro 3 – Instrumentos de Pesquisa 40
Quadro 4 – Perfil dos agricultores familiares entrevistados 47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MDA MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MDS MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

EMATER EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PAA PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

DF DISTRITO FEDERAL

SISPAA SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DO PAA

SISATER SISTEMA INFORMATIZADO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

CONTAG CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADOS NA AGRICULTURA

CEASA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

URDA UNIDIDADE DE RECEPÇÃO E DISTRUIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

PRONAF PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

DAP DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

IGBE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

FAO FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION

CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

COOPA-DF COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO DISTRITO FEDERAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 Descrição da Situação Problemática 15
1.2 Objetivo Geral 16
1.3 Objetivos Específicos 16
1.4 Justificativa 16
1.5 Métodos e Técnicas de Pesquisa 17
1.6 Estrutura e Organização do Trabalho 17
2 REFERENCIAL TEÓRICO 19
2.1 Agricultura Familiar e seus conceitos 19
2.1.1 Definição de Agricultura Familiar segundo a lei 22
2.2 Tipologia de Agricultores Familiares 23
2.3 Agricultura Familiar no Brasil: dados e estatísticas 26
2.3.1 Agricultura Familiar no Distrito Federal e no Paranoá 29
2.4 Mercado Institucional de Alimentos 30
2.4.1 O Programa de Aquisição de Alimentos 32
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA 37
3.1 Delineamento da Pesquisa 37
3.2 Caracterização da área 38
3.3 Participantes do estudo 39
3.4 Caracterização dos instrumentos e procedimentos para coleta e análise de dados 40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 42
4.1 O Programa de Aquisição de Alimentos e sua forma de operacionalização 42
4.1.1 Números do PAA no Distrito Federal e no Paranoá 44
4.2 Perfil dos agricultores familiares participantes da pesquisa *47*
4.3 O programa e sua contribuição para a inserção dos agricultores familiares ao mercado pela percepção de gestores 52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 58
REFERÊNCIAS 60
APÊNDICES 64

APÊNDICE A 65
APÊNDICE B 68

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma categoria social em que propriedade e trabalho estão ligados à família, havendo uma integração do produtor rural com o seu ambiente familiar. Essa categoria vem recebendo diversos incentivos do governo federal na última década. Conforme Abramovay et al. (2003, p. 9) “podem ser definidas como familiares aquelas unidades onde a gestão, o trabalho e a propriedade dos principais meios de produção pertencem ao produtor direto”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), o Brasil possui 4,36 milhões de estabelecimentos familiares, representando um total de 84,4% das propriedades agropecuários brasileiras. Os estabelecimentos familiares possuem uma área de 80,25 milhões de hectares, isso corresponde a 24% do total da área ocupada pelas propriedades agropecuárias.

Ainda de acordo com o mesmo instituto, a agricultura familiar produz grande parte dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, sendo alimentos nutritivos e com qualidade. Apesar disso, Wanderley (1996) comenta que a agricultura familiar brasileira sempre foi menos eficiente quando comparada a outros países, limitando seu crescimento devido à falta de apoio do governo. Porém, o Governo Federal criou interesse pela agricultura familiar a partir da década de 90.

No ano de 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Depois da vinculação desse programa, a agricultura familiar brasileira começou a receber incentivos que contribuiriam a sua inserção social e econômica.

Mesmo após programas como o PRONAF, que visa o fortalecimento da agricultura familiar, os resultados em termos de inserção dos produtores ao mercado não são satisfatórios. Uma das políticas que chegou para contribuir com esse problema foi o Programa de Aquisição de Alimentos. Este programa foi criado em 2003 e gerido pelo Governo Federal em parceria com os governos estaduais e locais, com o intuito de promover o acesso a alimentos e o fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo Brasil (2014), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) busca promover o acesso da população ao alimento, evitando que ocorra insegurança alimentar. Além disso, visa incluir social e economicamente os produtores rurais para

favorecer a geração de emprego e renda e, em consequência, fortalecer a agricultura familiar.

Este estudo está focado no segundo objetivo do PAA, para investigar qual foi a sua contribuição na inserção dos agricultores familiares de uma região do Distrito Federal nos mercados de alimentos.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2014), o Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, sendo desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Segundo o IBGE (2006), os principais produtos que compõe a alimentação da população brasileira são produzidos pela agricultura familiar. Diante disso, torna-se importante criar alternativas de mercado para essa categoria, pois ela contribui para a segurança alimentar do País. Garantindo mercado para a agricultura familiar, surgem outras diversas externalidades positivas, como a redução do êxodo rural, geração de emprego e renda para os produtores, etc. Todavia, segundo Silva (2014), a inserção da produção familiar no mercado é um dos principais problemas da agricultura familiar por falta de conhecimento do perfil do consumidor, como também a dificuldade em produzir com as normas do mercado.

1.1 Descrição da Situação Problemática

Alves e Rocha (2010) analisando dados do Censo Agropecuário de 2006 através do valor da produção nacional, mencionam que 73% das propriedades rurais brasileiros representam 4% da produção nacional. A falta de acesso à tecnologia e também o baixo nível de informação que os produtores possuem são os principais motivos desses números. Fatores como esses fazem também com que os agricultores possuam dificuldades em inserir os seus produtos em mercados.

O PAA surge como uma oportunidade para que esses agricultores consigam inserir seus produtos no mercado de alimentos. Todavia, depois da participação desse programa os agricultores conseguem comercializar os seus produtos para mercados diferentes do mercado institucional?

Sendo assim, o Programa de Aquisição de Alimentos pode servir como uma porta de entrada para um produtor de alimentos comercializar os seus produtos para

mercados mais estruturados e competitivos, servindo como um fator que potencializa a inserção a mercados. Com isso, surgiu a pergunta que serviu de guia na condução desse trabalho:

"Qual a contribuição do PAA para a inserção dos agricultores familiares ao mercado de alimentos?".

1.2 Objetivo Geral

Para responder à questão anteriormente formulada foi elaborado o seguinte objetivo geral: Investigar a contribuição do PAA para a inserção dos agricultores familiares ao mercado de alimentos.

1.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos definidos com o intuito de alcançar o objetivo geral são representados abaixo:

- revisar o marco teórico sobre agricultura familiar e mercados institucionais de alimentos;
- analisar e identificar o perfil e as características dos produtores rurais familiares cadastrados no PAA;
- identificar outros mercados nos quais estejam vinculados os agricultores familiares;
- conhecer a forma de execução do PAA;
- analisar a percepção dos gestores do programa sobre a inserção dos agricultores familiares ao mercado de alimentos através do PAA

1.4 Justificativa

O Governo Federal criou nos últimos anos uma série de incentivos governamentais para agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Existem evidências que a vinculação a mercados institucionais favorece a geração de renda por parte dos beneficiários do programa, mas ainda é preciso saber se o programa contribui para que o produtor consiga um mercado diferente para

comercializar seus produtos, e desta forma diminuir o risco de se tornarem dependentes do programa.

A categoria da agricultura familiar representa a maior parte dos estabelecimentos rurais. Este trabalho é importante porque estuda um tema que atinge milhares de brasileiros, tanto produtores quanto as unidades beneficiadas com os alimentos.

Instituições públicas de apoio à agricultura familiar poderão ser beneficiadas com as informações aqui citadas, pois poderão se articular melhor em relação aos objetivos e operacionalização da política pública. Novos agricultores poderão verificar se o PAA contribui, naquela região, para que os agricultores familiares se insiram em um mercado de alimentos mais competitivo, garantindo assim maior lucro através da sua produção. A pesquisa também contribuirá para acadêmicos que queiram conhecer sobre o programa e seus objetivos.

1.5 Métodos e Técnicas de Pesquisa

Como forma de atingir os objetivos mencionados no capítulo, foi realizada uma pesquisa qualitativa com estudo de caso e aplicação de entrevistas semiestruturadas aos produtores rurais da região administrativa do Paranoá-DF. Entrevistas com os coordenadores do programa na região também foram realizadas, com o intuito de saber a percepção destes gestores sobre a inserção dos produtores ao mercado. Analisou-se também dados e relatórios do programa no Distrito Federal para conhecer a forma na qual é executado o Programa de Aquisição de Alimentos.

1.6 Estrutura e Organização do Trabalho

A presente monografia é dividida em cinco capítulos, no primeiro é feito uma introdução sobre o tema, que consiste na apresentação e delimitação do assunto, a formulação do problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a justificativa da escolha do problema e os métodos e técnicas para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo, é abordado o conhecimento teórico dos assuntos tratados na pesquisa. Nele é apresentada a agricultura familiar, com os seus conceitos e os números da categoria no Brasil e no Distrito Federal, o Mercado Institucional de

Alimentos, seguido da caracterização do objeto de estudo: o Programa de Aquisição de Alimentos.

Os métodos, bem como os instrumentos, procedimentos e técnicas de pesquisa são abordados no capítulo três. O capítulo quatro contém os resultados obtidos na pesquisa. No quinto capítulo, são mencionadas as conclusões do trabalho de conclusão de curso e, por fim, as referências que foram consultadas no decorrer de todo o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o conceito de agricultura familiar, retomada com força nos últimos dez anos, tem gerado uma vasta produção acadêmica na qual é possível identificar definições criadas pela Lei, e também por teóricos do ramo para definir seu conceito.

O presente capítulo está dividido em três partes. Na primeira, é feito um levantamento sobre a discussão em relação às definições de agricultura familiar. Para isso é necessário abarcar o conceito de Agricultura Familiar no Brasil, para depois identificar e enunciar o que se entende por agricultura familiar no marco desta pesquisa e, por fim, descrever a sua situação no País. Posteriormente, é feita uma descrição sobre os mercados institucionais, tipo de mercado no qual se enquadra o Programa de Aquisição de Alimentos. Por último, é feita uma descrição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) frente aos seus objetivos.

2.1 Agricultura Familiar e seus conceitos

No estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU), Guanziroli, Buainain e Sabbato (2012) mencionam que o conceito de agricultura familiar é diferente quando comparado com a definição atribuída por autores, organizações, e entidades que estudam e apoiam os produtores, produzindo ideias diferentes e gerando um debate interessante no Brasil.

Wanderley (2003) acredita que existe uma dificuldade em atribuir uma definição conceitual a agricultura familiar brasileira a partir do momento que o PRONAF define, em função de sua capacidade para o atendimento, cinco tipos de agricultura familiar.

No Brasil o conceito de agricultura familiar foi debatido, sobretudo, com maior força durante os últimos 10 anos, porém ainda não é possível afirmar sobre um consenso a respeito. Acadêmicos como Schneider (2010), Abramovay et al. (2003), Wanderley (2003) e Mattei (2014) discutem o conceito como uma categoria social que não é recente, mas que na atualidade engloba denominações anteriores como pequena produção ou campesinato. De outro lado, autores como Navarro (2010) e Granziroli (2010) identificam este conceito como uma categoria nova que emerge na

atualidade, sendo um modelo de produção, que busca o lucro através da atividade exercida.

Contudo, para ambas as perspectivas, o núcleo familiar é o responsável pela realização do trabalho em sua propriedade, buscando uma coerência entre a forma de administrar a sua propriedade e o mercado de trabalho.

Para Abramovay et al. (2003) “podem ser definidas como familiares aquelas unidades onde a gestão, o trabalho e a propriedade dos principais meios de produção pertencem ao produtor direto.” Ainda de acordo com o autor, a agricultura familiar existe quando se unem três atributos básicos: a gestão, a terra e o trabalho familiar. Todavia, o conceito se difere de acordo com a finalidade. “A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística nu estudo acadêmico” (ABRAMOVAY, 1997, p. 3 *apud* SCHNEIDER, 2003, p.41)

Sobre o surgimento do termo agricultura familiar no meio acadêmico, pode-se entender que começou a ser utilizado a partir dos anos 1990:

> Agricultura familiar é um termo que começou a incorporar-se ao vocabulário acadêmico, dos movimentos sociais e das políticas públicas a partir de meados dos anos 1990. Até então se falava em “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou até “de subsistência”. Estas expressões indicam, mais que fragilidade, uma espécie de julgamento histórico: estes empreendimentos serão eliminados socialmente pelo próprio processo competitivo ligado ao crescimento agrícola (ABRAMOVAY et al., 2003, p.9).

O autor ainda menciona que a visão acima apresentada vem se transformando devido a teorias econômicas e sociológicas, sendo que uma grande parte da produção agropecuária vem de estabelecimentos de produção familiar. Além disso, os estabelecimentos familiares possuem grande capacidade de acesso a tecnologias de produção, de se agrupar no mercado empreendedor e administrar de forma eficiente o crédito obtido através das políticas públicas para a classe.

Para Wilkinson (2003), antigamente a agricultura familiar ou até então intitulada campesina utilizava o excedente dos alimentos produzidos pela família como objeto de troca entre os vizinhos, garantindo acesso a outro tipo de alimentos.

Outros autores, Aquino e Schneider (2010), menciona que no Brasil existe uma “cultura institucional”, que associa o bem-estar dos agricultores familiares ao crescimento de suas atividades na propriedade. Esse pensamento vem desde década

de 1970, na qual foi instituída com o intuito de promover a modernização da agricultura tradicional.

Na outra linha de raciocínio da agricultura familiar, antes do uso do termo da agricultura familiar no Brasil, “os estabelecimentos de menor escala vinham sendo designados sob diferentes expressões, como mini fundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou, como agricultores de baixa renda” (NAVARRO, 2010, p. 192)

Por outro lado, quanto à característica da dimensão, para Savoldi e Cunha (2010), não há uma delimitação de tamanho máximo para a produção familiar. O que pode determinar o tamanho da área a ser explorada pela produção familiar são as tecnologias que o núcleo familiar possui e os sistemas de produção adotados para desenvolvimento das atividades.

Os autores ainda mencionam que a diferença dos diversos produtores rurais familiares não é somente em relação ao acesso de recursos e sua capacidade de obter renda, mas também em relação ao aprendizado adquirido por eles.

Ainda citando os autores, no Brasil, a agricultura familiar não tinha políticas públicas até a década de 1990. Com as mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas devido ao desenvolvimento do país, a agricultura familiar brasileira começou a ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento do Brasil, tornando uma classe importante para a economia brasileira.

Em busca desse crescimento, de acordo com Navarro (2010), quando o ex-presidente do Brasil Itamar Franco assumiu o poder, a maior força sindical dos trabalhadores agrícolas naquele período, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, pressionou o governo em busca de maior apoio institucional nas diferentes áreas setoriais. A CONTAG organizou logo no início de 1993 um seminário sobre política agrícola no Estado de Minas Gerais. Nesse encontro, uma técnica da extensão rural mostrou a importância de se mudar a expressão pequenos produtores para agricultura familiar.

Essa reunião foi fundamental para o início das políticas públicas em benefício da agricultura familiar, visto que em novembro de 1993 surgiu a “Portaria Ministerial nº 692, instalando um grupo de trabalho para analisar temas relacionados à pequena produção, inclusive uma classificação de pequenos produtores” (NAVARRO, 2010, p. 192).

Outro ponto importante diz respeito a força de trabalho, conforme destacado por Savoldi e Cunha (2010) que comenta que o trabalho desenvolvido por uma ou mais pessoas do núcleo familiar fora da propriedade rural tem focos distintos. Isso quer dizer que a renda obtida através desse segundo segmento pode servir tanto para reforçar a exploração agrícola como também pode servir como ponto de partida para a diversificação na propriedade.

Ainda de acordo com Savoldi e Cunha (2010), a agricultura familiar brasileira é diversa, incluindo famílias extremamente pobres, que possuem uma pequena área para cultivo de produtos agroalimentares, sendo difícil a utilização de sua propriedade como atividade econômica, até familiares que possuem fatores de produção mais amplos (terra, capital, mão de obra, tecnologia, conhecimento etc.).

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado para a produção de alimentos básicos e com uma lógica de produção de subsistência (SAVOLDI; CUNHA, 2010, p. 28). Todavia, esse fator se torna ultrapassado, pois se observa uma ampla gama de estabelecimentos familiares no Brasil tendo acesso a tecnologias de produção, maior conhecimento sobre gestão e acesso a créditos governamentais. Esses agricultores que possuem menos padrão econômico, tecnólogo e social, permanecem como produtores de subsistência.

Em síntese, conforme enunciado inicialmente, há diferentes perspectivas para se definir a agricultura familiar, mas há dois elementos que se mantêm presentes e são ressaltados neste trabalho: a diversidade que há no interior de uma categoria geral como é a de Agricultura Familiar e, nesse sentido, a importância de entender esta categoria a partir da relação que se estabelece entre gestão, propriedade e trabalho familiar.

2.1.1 Definição de Agricultura Familiar segundo a lei

No Brasil, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e conceitua, segundo o artigo 3º, a agricultura familiar como:

> Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
>
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
>
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
>
> III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
>
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
>
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

A lei mencionada acima é utilizada como referência normativa pelos diversos órgãos governamentais brasileiros que implementam políticas públicas para a agricultura familiar, também pelo IBGE, para o processamento de dados do censo agropecuário.

Como pode ser analisado pela lei, o tamanho da propriedade não pode ultrapassar o tamanho de quatro módulos fiscais. Contudo, “[...] o tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme o município” (LANDAU et al., 2012, p. 7). Com isso, o produtor familiar é diferente de município para município, utilizando para isto como variável classificadora o tamanho da propriedade.

A definição da lei será o principal orientador deste trabalho, levando em conta que é a partir destes parâmetros que o PAA prioriza os agricultores que serão beneficiados pelo programa e que, à sua vez, contam com a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (2014), a DAP é uma ferramenta utilizada pelo Governo Federal para identificar quem pode se beneficiar das políticas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entretanto, o governo federal a utiliza para que os agricultores familiares tenham acesso a outros instrumentos de política, como o PNAE e o PAA, instrumento de investigação desta pesquisa

2.2 Tipologia de Agricultores Familiares

No esforço de mostrar a diferenciação que existe dentro da categoria agricultura familiar, existem muitos estudos que trabalham, principalmente, com a variável renda para tipificá-la. Uma vez diferenciados os agricultores familiares dos agricultores patronais, é importante a classificação por tipos de agricultura familiar existentes. Um desses estudos é o realizado por Guanziroli, Buainain e Sabatto (2012), o qual indica que há agricultores familiares mais desenvolvidos socioeconomicamente e mais capitalizados. A agricultura familiar no Brasil está composta de diversos subsegmentos que devem ser identificados para que se possa pensar com mais precisão em políticas diferenciadas em relação a este setor. (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABATTO, 2012, p. 364). Sobre o assunto, Conterato, Schneider e Waquil (2010) acreditam que para ir além das tipologias da agricultura familiar, que são baseadas no tamanho da área utilizada e capacidade de produção, é necessário um grande esforço que seja capaz de descrever a diversidade da agricultura familiar em relação com seu contexto social.

Wanderley (2003) menciona ainda que o ponto de partida dessa formulação deve ser a capacidade da sociedade em se adaptar e continuar melhorando as transformações obtidas. Já Conterato, Schneider e Waquil (2010) acreditam que a agricultura familiar possui estilos diferentes, e os agricultores familiares organizam seus fatores de produção na sua propriedade, porém mantendo apoio com o ambiente organizacional (cooperativas de crédito, associação de produtores, etc.)

Sabe-se, porém, que estratégias para tipificação de agricultores familiares não são fáceis de encontrar. São escassos os estudos e as pesquisas sobre a diversidade de estratégias produtivas e reprodutivas da agricultura familiar e seus estilos enquanto manifestação das distintas trajetórias históricas das mais diferentes regiões do País (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010, p. 151).

Não obstante, para Guanziroli, Buainain e Sabatto (2012) existem quatro tipos de agricultores familiares, sendo dividido em grupo A, B, C e D. O grupo A representa os agricultores capitalizados, o grupo B os produtores em processo de capitalização, o grupo C em descapitalização e o grupo D os produtores descapitalizados. Esses produtores são definidos de acordo com a renda total obtida nos estabelecimentos.

Ademais, “dividiu-se o universo dos agricultores familiares em função do que chamávamos de “custo de oportunidade do trabalho - COT” que era, segundo a visão do FAO/Incra em 1996, o valor da diária regional, mais 20%.” (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012, p. 364).

O autor ainda menciona que esse valor da diária regional era chamado de “V”, sendo assim os grupos classificavam-se conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Cálculo para definição do tipo de agricultor familiar

Tipo	COT
A	RT > 3V
B	V < RT ≤ 3V
C	V/2 < RT ≤ V
D	RT ≤ V/2

Fonte: (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012, p. 364)

Este mesmo autor indica que 9,82% das propriedades familiares no Brasil se enquadram como agricultores familiares tipo A. E somente esses 9,82% dos produtores familiares absorvem 11,7% do financiamento destinado a agricultura e são responsáveis por mais de 19% do VBP (Valor Bruto de Produção) Nacional. O outro extremo, os agricultores familiares tidos como agricultores tipo D, ocupam 4,1% do VBP do Brasil e absorvem 5,6% do crédito rural.

Quando são considerados apenas os agricultores familiares dos tipos A e B, o autor menciona:

> Considerando apenas os agricultores familiares, os do tipo A representam 10% dos estabelecimentos, ocupam 22% da área e são responsáveis por 58% do VBP e 58% da renda total. Esses agricultores ficam com 46% do crédito obtido pelos agricultores familiares do Brasil. Os agricultores do tipo B formam um grupo mais homogêneo. Representam 24% dos estabelecimentos familiares, com 31% da área, 29% do VBP, 31% da renda total e 24% do crédito rural recebido pelos produtores familiares. (FEITOSA, 2011, p. 70)

Conterato, Schneider e Waquil (2010) questionam a tipificação feita por Guanziroli, Buainain e Sabbato (2012), propondo uma divisão organizada que leve em conta o aumento da produção e eficiência econômica em relação aos fatores de produção existentes em cada ambiente familiar:

> Com o intuito de ir além das tipologias da agricultura familiar baseadas em indicadores como área de terra ou formas de uso do trabalho, assim como superar as restrições normativas, acredita-se ser necessário um esforço analítico que permita descrever a diversidade empírica da agricultura familiar

> e suas interfaces com o contexto social em que estão inseridas, reconhecendo que essa diversidade se atrela à intensidade e aos formatos dos processos de mercantilização experimentados ao longo do tempo. (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010, p. 154)

Na mesma linha de pensamento, os autores comentam que apesar de não existir um conceito generalizado de agricultor familiar, se pode entender que todo produtor rural trabalha em sua propriedade com a mão de obra familiar pode receber o título de agricultor familiar.

Os autores propõem cinco tipos de agricultura familiar, sendo mencionados em seu artigo como estilos, combinando variáveis como a renda e o grau de especialização que variam desde agricultores mais necessitados, aos que possuem recursos em maior quantidade:

- o primeiro estilo de agricultura familiar que Conterato, Schneider e Waquil (2010) propõem é destinado àqueles produtores descapitalizados e sem muitos recursos econômicos;
- o segundo estilo se emprega àqueles produtores capitalizados, com alto grau de especialização e mercantilizados;
- o terceiro estilo de agricultura familiar se destina aos produtores de subsistência, voltados para o consumo próprio;
- o quarto estilo de agricultura familiar é destinado a produtores descapitalizados e dependentes da produção de *commodities;*
- e o quinto e último estilo de agricultura familiar é para aqueles produtores que são altamente capitalizados e diversificam sua produção entre agrícola e não agrícola;

Assim sendo, Essas tipologias mostram a diversidade da agricultura familiar, não podendo ser tratada como uma categoria homogênea. Parte dos autores citados propõe uma divisão utilizando o critério renda (Guanziroli) e outra propõe uma classificação através da renda e o grau de especialização (Conterato e Schneider).

2.3 Agricultura Familiar no Brasil: dados e estatísticas

De acordo com Guilhoto *et al.* (2007), a agricultura familiar gera grande parte dos empregos no campo e também representa uma fatia expressiva da produção de

alimentos, principalmente os voltados para a subsistência, sendo conhecida pela menor produtividade obtida com a tecnologia adotada.

No ano de 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Depois da criação desse programa, a agricultura familiar brasileira começou a ser incentivada.

No ano de 2000, foi lançado um estudo com o nome *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto (FAO, 2000).* Nesse estudo, foi mostrada a agricultura familiar como uma categoria importante para a produção de alimentos, diferente da visão que menciona a agricultura familiar como uma categoria improdutiva. Já no ano de 2006, foi lançado um novo censo agropecuário pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mapeou a agricultura familiar brasileira.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), o Brasil possui 4.36 milhões de estabelecimentos familiares, representando um total de 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os estabelecimentos familiares possuem uma área de 80,25 milhões de hectares, isso corresponde a 24% do total da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, o Brasil é um país onde maior parte da área ocupada fica com os grandes fazendeiros, também conhecida como agricultores patronais, que representam 15,6% do total dos estabelecimentos e 76% do total da área ocupada pela agropecuária. Lembrando que o conceito de agricultura familiar utilizado pelo IBGE para o levantamento dos dados foi o que está no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O estudo divulgado pelo IBGE também mostrou que do total dos 80,25 milhões de hectares que compõe a agricultura familiar, 45% do total é destinado às pastagens, 28% destinado as áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais, e 22% destinado as lavouras (IBGE, 2006, p. 20)

Além disso, a evolução da agricultura familiar entre os censos do ano de 1996 e 2006 mostra forte crescimento da participação na produção do segmento mais abastado da agricultura familiar (A) e um crescimento numérico dos grupos mais pobres da mesma (C e D), sem o correspondente acréscimo de produção. (GUANZIROL; BUAINAIN; SABBATO, 2012, p. 1).

Observa-se que houve um aumento na quantidade de estabelecimentos familiares no Brasil:

> Essa comparação revela que o número de agricultores familiares cresceu no decênio entre os censos, passando de 4.139.000 para 4.551.855, o que representa 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. O Valor Bruto da Produção dos agricultores familiares em 2006 foi de R$ 59,2 bilhões, correspondente a 36,11% da produção agropecuária total. Essa produção é realizada em 32 % da área total dos estabelecimentos, totalizando 107 milhões de hectares. (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012, p. 6).

Com base nessas informações, fica evidente o crescimento da agricultura familiar no Brasil, sendo maior em número de estabelecimentos do que a agricultura patronal, se tornando também um importante aspecto social, além de econômico, visando não somente o aumento da sua produção e geração de renda para os produtores familiares, mas também o desenvolvimento social dos produtores rurais.

O censo também mostrou a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no Brasil, como se pode visualizar na Tabela 1, a produção familiar representa um enorme percentual na produção de alimentos que compõe a cesta básica brasileira, contribuindo para a segurança alimentar no País:

Tabela 1 – Produção Nacional de Alimentos

Produto Alimentar	Participação (AF)
Mandioca	87%
Feijão	70%
Feijão preto	77%
Feijão fraldinho	84%
Feijão de cor	54%
Milho	46%
Café	38%
Café Robusta ou Conilon	55%
Café Arábica	34%
Arroz	34%
Leite	58%
Leite de Vaca	58%
Leite de Cabra	67%
Suínos	59%
Aves	50%
Bovinos	30%
Trigo	21%
Soja	16%

Fonte: IBGE, 2006

Assim, com base em Guilhoto et al. (2007), a agricultura familiar dos setores agrícola e pecuário é maior em número de estabelecimentos do que a agricultura patronal.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2014) a agricultura familiar é responsável por 70% dos empregos gerados no meio rural. Ademais, a Organização das Nações Unidas – ONU (2014) comenta que a categoria representa 77% da totalidade de empregos gerados no campo.

Portanto, de acordo com os dados apresentados, percebe-se que houve crescimento da agricultura familiar, o que implica na necessidade de desenvolvimento do produtor familiar e, consequentemente, do Brasil no setor econômico e social, tendo em vista a dimensão da agricultura familiar na produção brasileira.

2.3.1 Agricultura Familiar no Distrito Federal e no Paranoá

Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (2011) o Distrito Federal possui 126.884 unidades de produção agropecuária. Deste total 42,6% são agricultores familiares, correspondendo apenas a 4% da área rural do Distrito Federal. Todavia a forma que a EMATER define a agricultura familiar é diferente da que o Governo Federal, através da Lei 11.326 define.

De acordo com Brasil (2015) existem 4.194 agricultores familiares no Distrito Federal. Sendo 4.053 com a DAP ativa.

De outro lado, o Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – PDSAN (2013) indica que mais da metade das propriedades rurais brasilienses possuem áreas de até 10 hectares. Porém os 30 maiores estabelecimentos rurais do DF, que correspondem aos 0,7% dos produtores rurais do DF possuem 26% da área total dos estabelecimentos, o que indica a concentração da propriedade da terra por parte de uma parcela menor de estabelecimentos.

No que se refere ao total das unidades de produção agropecuária no Paranoá-DF, de acordo com informações do Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMATER é de 1.219. Desse total 103 produtores se enquadram como familiares de acordo com a Lei 11.326, o que representa 8,4% do total. A região ainda possui 35.958,00ha, sendo dívida em 15 comunidades rurais.

2.4 Mercado Institucional de Alimentos

Como já mencionado no capítulo anterior, a agricultura familiar consegue produzir alimento para a mesa do brasileiro, porém “um dos principais problemas da agricultura familiar no Brasil é a inserção da sua produção nos mercados e em cadeias produtivas, particularmente, na governança dessas” (SILVA et al., 2014, p. 2)

Para isso, o governo formula de políticas que criam mercados institucionais, como o PAA, para que o agricultor familiar consiga comercializar o seu produto.

Segundo Maciel (2008) pode-se entender como mercado institucional de alimentos aquele mercado na qual as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) participam em todas as etapas da compra de alimentos, seja essas compras de caráter continuo ou esporádico (compras para atender estabelecimentos públicos, como creches, hospitais, sistema carcerário etc e abastecimento e garantia de alimentos em casos de calamidade pública, garantindo a segurança alimentar, respectivamente).

O autor ainda comenta que o mercado de alimentos institucionais é “caracterizado como um mercado monopsônio[1] pelo viés do comprador e pelo viés das Entidades Beneficiárias Consumidoras se caracteriza pela “concorrência perfeita”[2]. (MACIEL, 2008, p. 42)

Silva et al. (2014) comenta que os mercados institucionais servem como alternativa para os agricultores familiares se inserirem no mercado, principalmente os mais descapitalizados, assim como garantia de oferta de alimentos nutritivos e saudáveis para as populações em insegurança alimentar. De outro lado, este tipo de mercado aproxima os produtores dos consumidores, reduzindo o número de intermediários no processo

Paula, Kimimura e Silva (2014) também acreditam que com a vinculação aos mercados institucionais o produtor rural possui uma garantia de renda e contribui para a alimentação daquelas pessoas que se encontram em vulnerabilidade social.

Segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (2002), as principais causas da dificuldade dos agricultores familiares se inserirem no

---

[1] Tipo de mercado descrito pela presença de um único comprador para produtos e/ou serviços oferecidos por vários vendedores. (DICIO, 2014).

[2] A Concorrência Perfeita corresponde a uma situação de mercado em que nenhuma empresa e nenhum consumidor têm poder suficiente para influenciar o preço ou a quantidade transacionada. (NUNES, 2012)

mercado são os seguintes: “desconhecimento dos interesses do consumidor; falta de acesso aos consumidores (capacidade de comunicação); redução da cooperação entre os diversos participantes das cadeias produtivas.”

Grisa (2009, p. 8) comenta que “um mercado é estável quando identidades e hierarquias de status das empresas são conhecidas e existe uma concepção de controle partilhada entre os diretores das empresas que orienta suas ações”. Ela acrescenta que “os mercados podem ser interpretados como construções sociais que refletem a construção político-cultural da relação entre empresas e Estados, que é sempre contextual” (GRISA, 2009, p. 11). Com isso, mesmo que o Estado seja importante e crucial para construir e manter o bom funcionamento dos mercados, a cultura e história local são determinantes para o sucesso dos mesmos.

A autora referida também comenta que “sob os pressupostos da sociologia econômica todos os mercados são construções sociais edificadas pelas “mãos visíveis” dos atores e organizações”. E, ao estudar o PAA na região de Tenente Portela-RS, observa-se que o mesmo serve como uma possibilidade de inserção ao mercado:

> Já para as unidades familiares de produção de Tenente Portela, o PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo, distanciar-se dos mercados internacionais de commodities agrícolas que se mostram inadequados para as especificidades desta categoria social, sobretudo no que se refere à escala de produção e padrão tecnológico. (GRISA, 2009, p. 18)

Maciel (2008) comenta que se os Mercados de Alimentos Institucionais conseguissem criar um mercado específico para os produtos da Agricultura Familiar, as entidades seriam mais eficientes, ampliando a capacidade de se organizar e se estruturar corretamente, atingindo assim mais produtos para serem comercializados no mercado local.

Tendo um mercado institucional como opção, a escolha do mercado será dada através das vantagens comparativas:

> A opção entre continuar no Mercado Institucional de Alimentos ou participar do Mercado Convencional, será dada por meio da análise de vantagens comparativas entre os dois mercados. Se a oferta de alimentos é finita, a decisão entre destiná-las ao mercado institucional ou ao mercado convencional é uma escolha mutuamente excludente, que será tomada com base no preço corrente. (MACIEL, 2008, p. 47)

Como pode se observar na citação de Maciel (2008), o produtor poderá escolher o mercado que pagará um melhor preço ao seu produto. Sendo assim, se uma caixa de produção de banana custa x no mercado institucional, e x+1 no mercado convencional, o produtor, se quiser, poderá vender o seu produto para o mercado convencional, e vice-versa.

2.4.1 O Programa de Aquisição de Alimentos

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2014), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública criada pelo governo Lula que trabalha com dois objetivos. O primeiro promover o acesso a alimentos às populações, evitando que ocorra insegurança alimentar. O segundo a inclusão socioeconômica no campo, gerando emprego e renda aos produtores rurais e fortalecendo a agricultura familiar.

O primeiro objetivo do programa, como já mencionado, é garantir a segurança alimentar de populações vulneráveis. Apesar de não ser o foco principal da pesquisa é interessante comentar o que se entende e o que é a segurança alimentar. O tema segurança alimentar surgiu ao fim da primeira guerra mundial, aonde se pôde observar que um país poderia dominar outro através da distribuição de alimentos. Esse fator se tornaria uma arma poderosa contra países que não eram auto-suficientes na produção de alimentos para a população.

Hirai e Anjos (2007) mencionam que a produção e distribuição de alimentos significavam a segurança nacional de um país, e fortalecia a soberania de que quem dependia da sua capacidade de produção de alimentos e matérias-primas para sustentar sua população, tendo vantagem quando comparado com outros países. Ele enfatiza que o termo segurança alimentar é de origem militar e vinculava a questão alimentar exclusivamente à capacidade de produção. Segurança alimentar significava, sobretudo, soberania.

De acordo com o IBGE (2006, p. 22) segurança alimentar pode ser definida como:

> Um direito para todas as pessoas o acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficiente, sem comprometer a atenção a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares

> promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

De acordo com a CONAB (2014), o programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, sendo desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Segundo informações de Brasil (2014), o PAA é executado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB é o órgão responsável pela operacionalização do PAA. Segundo informações da mesma, o público alvo do programa são os agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), como os assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem-terra acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais, classes que são esquecidas pelas políticas públicas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012, p. 3), para que se cumpram os objetivos estabelecidos pelo programa, o PAA compra alimentos produzidos pelos agricultores familiares cadastrados, sem licitação, “e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio-assistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.”

O Instituto ainda comenta que o programa ajuda na geração de estoques públicos de alimentos, contribuindo para o abastecimento alimentar através das compras governamentais de alimentos.

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA possui as seguintes finalidades:

> I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
>
> II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
>
> III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

> IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
>
> V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
>
> VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
>
> VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
>
> VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
>
> IX - estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2006)

No que se refere às modalidades do programa, o artigo 17 do mesmo decreto menciona que o Programa de Aquisição de Alimentos será executado com as seguintes modalidades, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

Compra com doação simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede sócio assistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Compra direta	Compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços
Incentivo à produção e ao consumo de leite	Compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores
Apoio à formação de estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público
Compra institucional	Compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador
Aquisição de sementes	Compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores

Fonte: BRASIL (2006)

Ainda de acordo com o Decreto, para cada modalidade escrita a cima, existe uma cota estabelecida. O artigo 19 do Decreto nº 7.775 estabelece que o valor é anual e por unidade familiar. Para a modalidade compra com doação simultânea a cota anual é de R$ 6.500,00, na modalidade compra direta a cota aumenta R$ 1.500,00. Na modalidade incentivo à produção e ao consumo de leite o valor é de R$ 4.000,00 semestralmente. Na modalidade Apoio à Formação de Estoques o valor é de R$ 8.000,00. A modalidade Compra Institucional possui uma cota mais alta, de R$20.000,00. E na modalidade Aquisição de Sementes se tem o valor de R$20.000,00.

O Decreto 7.775 cita que as organizações fornecedoras também possuem uma cota máxima, porém são maiores do que as cotas para a unidade familiar. A modalidade Compra com Doação Simultânea tem a cota de R$ 2.000.000,00. A modalidade Apoio à Formação de Estoque possui uma cota de R$ 1.500.000,00. A modalidade Compra Direta a cota é de R$ 500,000.00, e, por fim, nas modalidades Aquisição de Sementes e Compra Institucional (por órgão comprador) a cota é de R$ 6.000.000,00.

Ainda citando a fonte anterior, os produtores familiares cadastrados na modalidade Compra com Doação Simultânea que recebem a cota por unidade familiar estão excludentes de receberem por uma organização fornecedora, ou seja, o produtor que receber os benefícios do programa pela sua unidade familiar não poderá receber os benefícios novamente por meio de organização fornecedora, e vice-versa, sendo limitado a uma participação.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA comenta também que o público beneficiário do programa não é somente os produtores rurais familiares, mas também os consumidores em situação de segurança alimentar. O cadastro dos produtores rurais familiares é feito através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é um instrumento que qualifica a família como agricultora familiar. “A DAP pode ser obtida junto a instituições previamente autorizadas, entre as quais estão às entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural ou as Federações e Confederações de Agricultores” (IPEA, 2012, p. 6).

Segundo a (EMATER, 2002) “o Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais.”

No Distrito Federal, a EMATER em parceria com os agentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário são os responsáveis por emitir a DAP.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Neste capítulo, são apresentados os métodos utilizados para a realização da presente pesquisa. Os procedimentos foram escolhidos com base nos objetivos propostos neste trabalho.

3.1 Delineamento da Pesquisa

O presente trabalho busca analisar um grupo de pessoas a partir da sua vinculação a um mercado institucional. Esse tipo de pesquisa pode ser caracterizado como qualitativo por que é analisado a inserção nos mercados a partir da percepção de produtores rurais e de gestores do Programa de Aquisição de Alimentos.

De acordo com Goldenberg (1997), o modelo qualitativo é contrário à ideia de um padrão exclusivo de pesquisa para as ciências em geral. A pesquisa qualitativa não tem a apresentação de valores numéricos. O foco principal da pesquisa é o estudo de sociedades, organizações e as relações sociais não necessitam de métodos estatísticos para serem estudadas.

A pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21).

Foi utilizado na pesquisa o estudo de caso em uma região administrativa do norte do Distrito Federal, o Paranoá. A pesquisa se enquadra como estudo de caso pelo fato de ser concentrada em uma determinada região, com o intuito de conhecer os benefícios do programa profundamente naquela localidade.

O estudo de caso visa o aprofundamento da compreensão de determinada ideia, referente à situação estudada. De acordo com GIL (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Fonseca (2002) confirma o entendimento do autor citado anteriormente, pois para ele o estudo de caso “visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.”

Ainda de acordo com o autor, é interesse de o pesquisador revelar o objeto de estudo como o mesmo o percebe.

3.2 Caracterização da área

O Paranoá é uma das 31 regiões administrativas que compõe o Distrito Federal. Segundo a CODEPLAN (2011) a região urbana do Paranoá possui mais de 46 mil habitantes.

Ainda de acordo com a instituição, a região administrativa do Paranoá surgiu através do acampamento dos construtores da barragem do Paranoá, no ano de 1957. Em cerca de três anos o local já acumulava 3.000 mil moradores em cerca de 800 barracos, todos localizados em proximidade a barragem do Paranoá. No ano de 1964, através da Lei 4.545, foi criada a Região Administrativa do Paranoá.

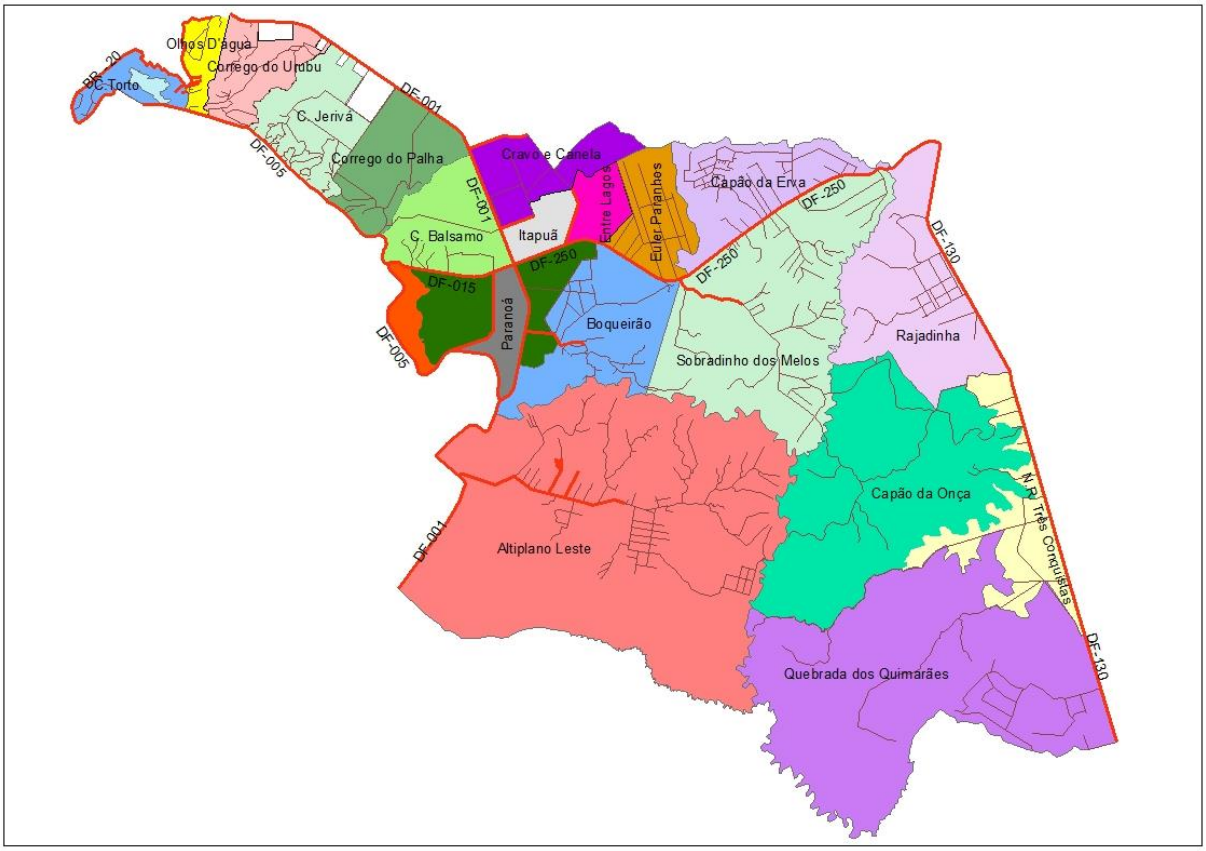
De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (2011) a região possui 1.219 propriedades agrícolas, desse total 103 se enquadram como agricultores familiares, o que representa 8,4% do total.

De acordo com o Governo do Distrito Federal – GDF (2015), o Paranoá possui a segunda maior área rural do DF. No que se refere a produtividade da região, o Paranoá é referência, sendo a mais produtiva do Distrito Federal e possuindo recordes de produtividade de grãos em áreas irrigadas, segundo a COOPA-DF (2015).

Os dados mencionados no parágrafo anterior correspondem basicamente ao Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD-DF, a região mais produtiva do Brasil, composta em sua maioria por agricultores patronais.

A agricultura familiar que reside no Paranoá se concentra ao redor da cidade. A categoria está presente em 15 comunidades rurais, distribuídas em 35.958,00ha, conforme Figura 1:

Figura 1 – Área rural do Paranoá-DF



Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, 2014.

Segundo a EMATER (2014), os principais produtos produzidos pela agricultura familiar na região rural do Paranoá-DF são o milho, eucalipto, mandioca, cana-de-açúcar, feijão e hortaliças.

3.3 Participantes do estudo

Ao todo foram entrevistados sete pessoas, das quais cinco são produtores rurais e duas são responsáveis pela gestão do Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal.

Para a identificação dos produtores que participariam da pesquisa foi utilizado o conceito de agricultor familiar que é usado pelo Governo Federal baseado na lei 11.326. Esta definição é a que orienta os gestores do Programa de Aquisição de Alimentos para definir os agricultores familiares que participam do mesmo. Além disto, para a identificação dos produtores levou-se em conta o tempo de vinculação ao mercado institucional.

Um dos gestores que participou da pesquisa foi o gerente do escritório local da EMATER no Paranoá, técnico responsável por cadastrar os produtores no SISPAA e profundo conhecedor do perfil dos produtores da região, devido aos seus trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O outro gestor entrevistado é servidor da Coordenação de Compras Institucionais da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI. O profissional é o responsável geral pela execução e operacionalização dos mercados institucionais no Distrito Federal e possui amplo conhecimento sobre o programa e as vantagens do mesmo para a sociedade beneficiária dos recursos do programa (produtores e unidades beneficiárias).

3.4 Caracterização dos instrumentos e procedimentos para coleta e análise de dados

O Quadro 3 abaixo detalha os instrumentos utilizados, bem como o público pesquisado e os objetivos propostos para cada um deles.

Quadro 3 – Instrumentos de pesquisa

Instrumentos	Pesquisados	Objetivo
Entrevista semiestruturada	Produtores em geral	Conhecer o perfil dos produtores rurais cadastrados no programa.
Entrevista semiestruturada	Coordenador local do programa	Levantar a percepção do coordenador sobre a inserção dos agricultores ao mercado após a participação do programa
Entrevista semiestruturada	Coordenador de Compras Institucionais	Levantar a percepção do coordenador sobre a inserção dos agricultores ao mercado após a participação do programa
Pesquisa Documental	Documentos e informações internas da organização	Conhecer a forma de execução do programa e analisar os seus resultados.

Fonte: O autor

A entrevista semiestruturada, segundo Gerhardt e Silveira (2009) é aquela na qual o pesquisador cria um roteiro previamente elaborado de perguntas sobre o objeto em estudo, mas também permite e até mesmo incentiva que o entrevistado aborde

conteúdos que surgem durante a entrevista, o que gera um entendimento mais apurado das questões discutidas.

No presente estudo, a entrevista semiestruturada foi realizada com os produtores familiares locais e com os organizadores do Programa de Aquisição de Alimentos, com o intuito dos mesmos responderem um roteiro com perguntas subjetivas que levem ao cumprimento dos objetivos previstos nessa investigação.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental se dá em base de documentos que não recebem nenhum tratamento analítico, ou seja, que nunca foram analisados. Esses documentos são encontrados nos arquivos de órgãos públicos e instituições privadas. Documentos como diários, fotografias, gravações, memorandos entre outros fazem parte desse grupo.

Contudo o autor menciona que também podem ser utilizados documentos de segunda mão, ou seja, os que já receberam tratamento analítico, como relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas etc.

Ainda de acordo com o autor mencionado no parágrafo anterior os documentos são uma rica fonte de dados. “[...] Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.” (GIL, 2002, p. 46).

A pesquisa documental foi realizada com base em relatórios internos sobre o programa, adquiridos na Coordenação de Compras Institucionais – CCI, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI e também com as informações presentes no PAA DATA, um sistema do Ministério do Desenvolvimento Social que possui o objetivo de apresentar dados sobre o programa a população em geral.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de saber o perfil dos agricultores vinculados ao programa, saber a percepção dos entrevistados sobre o PAA e as perceptivas para vinculação da categoria a mercados.

As entrevistas com os produtores rurais foram realizadas no início do mês de abril, e teve duração média de 13 minutos. As entrevistas com os gestores foram realizadas no final do mês de maio e teve duração média de 45 minutos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo aborda os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os produtores e os responsáveis pela execução do PAA e da análise de relatórios e documentos sobre o PAA. O primeiro tópico do capítulo faz um resumo da forma como o Programa de Aquisição de Alimentos é executado, com alguns dados e números sobre o programa no Distrito Federal e no Paranoá. Já no segundo e no terceiro, é apresentado o resultado e são feitas as discussões das entrevistas realizadas.

4.1. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua forma de operacionalização

Diante do material analisado, pôde-se observar que o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é executado pelos Estados, pelos Municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Isso quer dizer que são eles os responsáveis em comprar os alimentos que o programa irá distribuir. Para a execução do PAA, a Conab firma termo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Desde o início do programa até o ano de 2012, o PAA foi executado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Com a criação do Decreto nº 7.775/2012, surgiu uma nova forma de executar o PAA. A nova forma é mediante a celebração do Termo de Adesão. Essa nova forma de operar o programa contribui para a sua ampliação e possui menos burocracia, além do pagamento aos produtores rurais ser diretamente através do MDS. O termo de adesão é executado pelos Estados e Municípios. Para garantir a perfeita execução do programa, os gestores seguem um fluxo padrão, passando desde a pactuação de valores e metas, onde é feito levantamento da demanda fornecedora de alimentos, até a entrega do produto à unidade beneficiadora.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2012), o termo de adesão possui caráter de acordo, mas não contribui com recursos. Ele comporta informações, como os compromissos dos participantes do programa e possui duração de 60 meses.

Atualmente, o termo de adesão pode ser elaborado de quatro formas: entre a União e o Estado ou Distrito Federal; entre a União, o Estado ou o Distrito Federal e a entidade da administração indireta (que no caso do Distrito Federal é a EMATER); entre a União e o Município ou Consórcio Público; e entre a União, o Estado e o Município ou Consórcio Público.

Ainda de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o acordo de valores e metas será realizado conforme os seguintes passos:

- Termo de Adesão publicado, a unidade executora elabora uma ficha preliminar de levantamento da demanda de alimentos que o PAA irá adquirir;
- O MDS analisa se a demanda está dentro da sua capacidade orçamentaria e publica portaria ministerial estabelecendo valores e propondo metas para a execução do programa;
- O MDS disponibiliza os recursos para a execução do programa a cada três meses. Ou seja, o produtor tem a oportunidade de entregar os produtos para o programa em quatro janelas durante o ano.

O acordo local é feito por meio do SISPAA[3]. Esse processo consiste em incluir as entidades beneficiárias que estão aptas a receber alimentos, os produtores que fornecem os alimentos para o programa, em gerar os cartões de pagamento, inserir os produtos com suas quantidades e preços seguidos da proposta de participação e assinatura de um termo de compromisso com os produtores.

A entrega dos alimentos produzidos pelos agricultores é através das URDA's (unidade de recebimento de alimentos, que serão mencionadas com mais clareza ao longo do capítulo), onde um agente do grupo executor estará presente para o recebimento. Esse agente entrega ao produtor um "Termo de Recebimento e Aceitabilidade", que comprova a entrega dos alimentos ao PAA e atesta a sua qualidade.

A distribuição do alimento adquirido pelo PAA é realizada pela unidade executora do programa às unidades beneficiárias, que ao decorrer do capitulo serão citadas com maior detalhamento. O pagamento aos produtores que entregaram os alimentos ao PAA é feito pela União, através de uma conta no Banco do Brasil e a

[3] Sistema Informatizado de Gestão do PAA – SISPAA – Sistema através do qual os gestores do programa possuem acesso por meio de senha para atualizar e cadastrar informações referentes ao programa e seus participantes.

partir das informações inseridas no SISPAA (produto, valor, quantidade). Cada produtor que entrega alimentos ao programa possui um cartão magnético próprio, através do qual recebe o pagamento pelo alimento produzido.

4.1.1 Números do PAA no Distrito Federal e no Paranoá

No Distrito Federal, o Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído no ano de 2009, mas os dados disponíveis e analisados nesta pesquisa são de 2011 em diante. O Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal conta com um total de quarenta e cinco funcionários responsáveis pela execução do programa, entre técnicos, auxiliares, motoristas e extensionistas rurais.

Os produtores rurais cadastrados no programa entregam os produtos em cinco Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos, conhecidas como URDA. Essas URDA's estão espalhadas pelo Distrito Federal e funcionam em dias diferentes. As regiões administrativas do Distrito Federal em que as URDA's estão presentes são: Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, São Sebastião e no CEASA. A URDA de Brazlândia funciona segunda e quarta-feira, para a recepção de alimentos. A de Planaltina funciona na terça-feira para a recepção e também distribuição dos alimentos. A de Sobradinho e de São Sebastião só funcionam para recepção de alimentos na terça e quarta-feira, respectivamente. A URDA do CEASA, que é a maior dentre todas as outras do Distrito Federal, funciona segunda, quarta e quinta-feira para recepção e distribuição de alimentos. No caso dos produtores rurais do Paranoá, não existe uma URDA única a ser entregue, mas as mais procuradas pelos agricultores são as de Planaltina, de São Sebastião e o Banco de Alimentos, no CEASA.

Ao longo dos últimos quatro anos de execução do Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal. Foram assinados um total de de 1.729 contratos. Todavia esse número não corresponde ao total de produtores rurais que participaram do programa, pois o mesmo produtor pode ter participado em todos os anos do programa, como pode ser analisado no Tabela 2:

Tabela 2 – Número de agricultores participantes do programa nos últimos quatro anos

Ano	2011	2012	2013	2014
Produtores	209	723	342	429
Total de agricultores	1703			

Fonte: SEAGRI-DF (2014)

Especificamente para o caso da região do Paranoá, segundo informações obtidas através de relatórios, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 foram cadastrados ao total 19, 25, 29 e 33 produtores, respectivamente.

No que se refere ao número de produtores rurais atendidos pelo programa nos últimos anos no Distrito Federal, de acordo com a Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI, é de 946 pessoas, dentre esses 206 são mulheres. Em relação ao número de produtores familiares atendidos pelo programa no Paranoá ao longo dos últimos, de acordo com relatórios da EMATER-DF, o total é de 39 agricultores.

Como mencionado no referencial teórico, o número total de agricultores familiares no Distrito Federal é de 4.194. Como o número de agricultores que foram inseridos no mercado institucional do PAA é de 946, pode-se dizer que 22,55% dos agricultores familiares do Distrito Federal foram inseridos ao PAA. Este percentual pode ser considerado baixo, visto que mais de 77% dos agricultores familiares não possuem acesso aos recursos do PAA.

No que se refere a inserção dos agricultores familiares no programa no Paranoá-DF, o resultado pode ser considerado satisfatório. Como mencionado no referencial a região possui 103 agricultores familiares, deste total 39 participaram do programa, o que corresponde a 37,9% dos produtores familiares da região. Apesar de mais de 60% dos agricultores da região não participarem dos incentivos do PAA, o programa visa atender a todos, porém alguns não demonstram interesse em participar do programa por motivos diversos.

Segundo a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, as unidades beneficiárias que recebem os produtos adquiridos pelo programa são associações beneficentes e de assistência social, creches, igrejas, escolas, associações comunitárias de moradores, associações de amparo à criança e ao adolescente, casas de abrigo, casas de idosos, casas de amparo aos portadores de necessidades especiais, associações de mulheres entre outros. O número total de unidades beneficiárias atendidas ao longo dos últimos quatro anos é de 311 unidades,

que juntas melhoraram a alimentação de 63.893 pessoas de todas as idades, contribuindo e garantindo a segurança alimentar.

Ao longo dos últimos 4 anos o Programa adquiriu e distribuiu um total de R$ 6.870.156 conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Valor total comercializado

2011	2012	2013	2014	TOTAL
1.173.808	2.996.798	1.307.198	1.392.352	6.870.156

Fonte: SEAGRI-DF (2015)

O valor médio que cada produtor rural recebeu do PAA durante os quatro anos está exposto conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Valor médio pago a cada produtor

2011	2012	2013	2014
R$ 5616	R$ 4144	R$ 3822	R$ 3245

Fonte: SEAGRI-DF (2014)

O peso dos produtos adquiridos e distribuídos ao longo desses anos se encontra presente na Tabela 5.

Tabela 5 – Peso total comercializado (em kg)

2011	2012	2013	2014
506.709	1.426.972	573.137	714.016

Fonte: SEAGRI-DF (2015)

De acordo com informações dos responsáveis pela operacionalização do programa, a média do peso comercializado semanalmente corresponde a 22 toneladas, e a média do valor pago pelo PAA semanalmente é de R$ 47.600.

Os principais produtos que compõe o PAA são as verduras, que correspondem a 37,32% do valor total comercializado. Logo após as verduras, vem as frutas com 27,63%, os legumes com 20,39%, os derivados do leite (iogurte, queijo, etc.) correspondem a 7,25%, os pescados e aves representam 4,31% e os produtos

orgânicos 2,86%. Além desses existem outros produtos com menor participação percentual. Deste total, de acordo com informações de extensionistas da EMATER, cerca de 7% pertencem aos produtores rurais da região rural do Paranoá-DF.

Os principais produtos comercializados pelo PAA no DF são alface (30,87%), morango (19,04%), tomate (16,91%), abóbora seca (14,84%), milho verde (10,20%) e mandioca (9,59%). Existem mais de trinta produtos comercializados pelo PAA, porém esses são os que possuem maior percentual de comercialização.

4.2 Perfil dos agricultores familiares participantes da pesquisa

As entrevistas foram concentradas em duas comunidades rurais na área rural do Paranoá, o Assentamento Três Conquistas e o Núcleo Rural Quebrada dos Guimarães. Todos os entrevistados são casados, com filhos e um nível baixo de escolaridade. Em relação aos mercados que comercializam seus produtos, alguns não possuem, além do PAA, um ponto de venda fixo.

O perfil dos agricultores familiares pode ser analisado abaixo, conforme Quadro 4:

Quadro 4 - Perfil dos agricultores familiares entrevistados

	Idade	**Estado Civil**	**Quantidade de filhos/residem na propriedade?**	**Grau de Instrução**	**Naturalidade**	**Comunidade que reside**
Agricultor I	46	Casado	3 – SIM	Ensino Médio	Campinas do Sul – RS	Assentamento Três Conquistas
Agricultor II	55	Casado	2 – NÃO	Fund. Incompleto	Manga – MG	N. R. Quebrada dos Guimarães
Agricultor III	39	Casado	1 – SIM	Fund. Completo	Fortaleza dos Nogueiras – MA	Assentamento Três Conquistas
Agricultor IV	42	Casado	2 – NÃO	Primário	Bom Jesus - PI	N. R Quebrada dos Guimarães

Agricultor V	47	Casado	1 – SIM	Fund. Completo	Ipirá – SC	Assentamento Três Conquistas

Fonte: o autor

Os entrevistados sempre moraram na zona rural e exerceram atividades agrícolas desde crianças. Os filhos dos Agricultores II e IV foram morar na cidade a cerca de 2 anos e 1 ano, respectivamente. Os filhos dos outros agricultores ajudam os pais nas atividades exercidas. A esposa do Agricultor I confecciona artesanato, ajudando-o com as despesas. A esposa do Agricultor II trabalha como diarista para complementar a renda da família.

Com exceção do Agricultor I, todos os outros recebem incentivos do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Foi percebido que para quatro dos agricultores familiares entrevistados a agricultura familiar existe quando o produtor consegue tirar o seu próprio alimento da terra, a família e a produção em sua propriedade estão ligadas. Visão essa que pode ser definida por acadêmicos como Schneider (2010), Abramovay et al. (2003), Wanderley (2003) e Mattei (2014). Um dos entrevistados acredita que a agricultura familiar é referente à geração de renda através das atividades existentes em sua propriedade, Salvoldi (2010) e Guanziroli, Buainain e Sabbato (2012) possuem a mesma visão deste produtor rural. Todavia, para todos os entrevistados a agricultura familiar só existe se somente a família participa das atividades desenvolvidas, fator esse que foi visto em todos os conceitos encontrados sobre agricultura familiar, desde os teóricos, definidos por estudiosos da categoria aos normativos, para fins de lei.

Da mesma forma que o censo agropecuário de 2006 indica a importância da agricultura familiar na alimentação dos brasileiros, o Agricultor I afirma que são os pequenos produtores que produzem os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, pois os grandes agricultores se concentram na produção de grandes culturas (*commodities*).

Todos os agricultores entrevistados residem no campo com as suas esposas e seus filhos, mas três dos cinco entrevistados tiveram filhos que abandonaram a área rural e foram construir suas vidas longe do campo. A renda média da família dos agricultores entrevistados é entre 2 e 7 salários mínimos, mas três dos cinco entrevistados possuem renda entre 2 e 4 salários mínimos. De acordo com as definições de Guanziroli, Buainain e Sabbato (2012) mencionadas, os agricultores

entrevistados variam entre agricultores tipo C e D, que correspondem aos agricultores em descapitalização e os descapitalizados. No que se refere aos estilos de agricultura familiar, que é citado no referencial teórico por Conterato, Schneider e Waquil (2010), os agricultores podem ser definidos como aqueles produtores descapitalizados e sem muitos recursos econômicos

Todos os agricultores familiares fazem algum tipo de trabalho remunerado fora da propriedade, todavia a renda dos mesmos é composta em sua maioria pelas atividades realizadas no estabelecimento. Nenhum agricultor familiar possui funcionário com carteira assinada em sua propriedade. O Agricultor II contrata, ocasionalmente, um ajudante por diária, mas isso é devido à fragilidade de sua saúde.

Os principais produtos comercializados para o PAA na região são as hortaliças, como alface, coentro, cebolinha, couve, batata entre outros, e alguns frutos, como o tomate e a tangerina.

No que se refere aos objetivos do programa, o Agricultor III menciona que o objetivo é ajudar o produtor a escoar os alimentos, vendendo o excedente que produz. Já para o Agricultor I, o objetivo é manter o agricultor na área rural, evitando o êxodo rural e incentivando-o a produzir alimentos. O Agricultor IV e o Agricultor II acreditam que o objetivo do PAA é ajudar os produtores a ter mais uma fonte de renda. E o Agricultor V acredita que o objetivo do PAA é comprar alimentos para distribuir em delegacias, igrejas, creches, etc. Pode-se notar que os agricultores entrevistados conhecem bem o programa e sabem quais são os objetivos do PAA, pois conforme o Decreto 7.775, o objetivo do PAA, resumidamente, é fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a segurança alimentar.

Todos os agricultores entrevistados participaram dos programas nos anos 2011, 2012 e 2013. O Agricultor III participou também do primeiro programa, em 2009, sendo o único na região rural do Paranoá neste ano.

Eles também tiveram conhecimento sobre o programa e foram influenciados através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e seus extensionistas. Eles definiram o processo para participar do programa como algo tranquilo.

No que se refere aos pontos de comercialização dos agricultores familiares, nem todos conseguem comercializar os seus produtos. O Agricultor III vende a sua produção em uma feirinha de produtos orgânicos em Sobradinho-DF. Comenta o produtor que comercializa seus produtos em outro local porque, além da cota do

programa ser baixa, pode ocorrer algum erro e o programa não dar certo, ocasionando a perda dos produtos.

Já o Agricultor IV sempre foi produtor de leite e queijo, começou a produzir alimentos para comercialização em 2011, com o incentivo do PAA. Depois disso, comercializou seus produtos na feira e procura um outro mercado para ajudar com as despesas.

O Agricultor II é dependente do PAA. Mas ele comenta que está à procura desse mercado alternativo para a comercialização de sua produção, porém está tendo muita dificuldade devido à falta de transporte para levar os seus produtos até o seu possível cliente. Sobre isso ele comenta:

> *"É difícil para mim porque não tenho transporte, e isso me limita. Com o PAA o moço da EMATER pega o produto e entrega lá pra mim (URDA). Se fosse gastar com alugar uma "caminhonetinha" ia sair muito caro." (Agricultor II)*

Foi mencionado pelo Agricultor II que o seu filho morou com o pai na residência há 2 anos atrás, possuindo uma DAP diferente da do pai. O filho se mudou para a cidade, mas o pai entrega os produtos para o PAA também na DAP do filho, atingindo assim o valor dobrado da cota. Segundo o Decreto 7.775 isso não pode ocorrer, pois o programa deve atingir uma única DAP por unidade familiar.

O agricultor I dedica 12 dos seus 14 hectares a produção de soja e milho. Para o PAA, ele comercializa o excedente do milho e algumas hortaliças que produz para o consumo.

O agricultor I dedica 12 dos seus 14 hectares a produção de soja e milho. Para o PAA, ele comercializa o excedente do milho e algumas hortaliças que produz para o consumo.

O Agricultor V, assim como o Agricultor I, dedica grande parte de sua propriedade à produção de soja e milho, que não são comercializados ao PAA. No que tange aos alimentos que são vendidos ao programa, também os comercializa a um vizinho, que os revende em uma feira e também a atravessadores que compram o seu produto para revender em diversos locais. Ele comenta que procura esse outro mercado para vender o que sobra da produção destinada ao PAA.

No que se refere à frequência da produção dos agricultores entrevistados, pode-se analisar que ela depende de fatores como a disponibilidade da mão de obra

e água. Com exceção do Agricultor III que possui irrigação e produz com alta frequência.

Caso o PAA pare de operar, alguns produtores continuariam comercializando produtos em mercados diferentes do mercado institucional. Contudo, alguns possuiriam problemas, mas tentariam buscar outro mercado. Quando questionado, o Agricultor V afirmou que se esforçaria para buscar outro mercado:

> *"Dou um jeito, dou um jeito, porque depender do PAA meu amigo (produtor faz sinal de negativo com a cabeça), não dá certo, se depender só dele não adianta, além de ser uma renda muito pouco, hoje o que você faz com 5 mil, 6 mil e pouco? Não, me diz uma coisa, você tem que comprar um remédio, pagar alguma coisa, não dá". (Agricultor V)*

Ele comenta que esse "jeito" que daria seria através da associação, que conseguiu um ponto de venda no CEASA, ou então procuraria empresários locais (donos de verdurões e sacolões).

O Agricultor II, que não possui mercado alternativo ao PAA, teria dificuldades em conseguir outro mercado:

> *"Rapaz, eu "to" correndo atrás disso, porque eu sei que isso não vai ser "pro" resto da vida, vou ter que partir pra diferença, vou ter que correr atrás de quem pega. Eu não pretendo sair fora da hortaliça não, eu pretendo é melhorar mais, crescer mais, mas aí vou procurar outras pessoas pra que eu possa entregar. Olha ai como "tá" bonita a horta, esse ano mesmo o PAA pode não funcionar, e se eu não conseguir outro mercado vou perder tudo. O PAA é um pulmão, "tá" enchendo, enchendo e de repente para". (Agricultor II)*

O Agricultor III comenta que o PAA foi uma porta para começar a produzir, e caso o programa pare de ser operado, já possui um novo mercado. O que o produtor comenta é questionado na problemática do estudo:

> *"O PAA foi uma porta que abriu "pra" nós, aí a gente ter que buscar uma nova alternativa porque deu um probleminha no GDF, passou um período sem adquirir aí a gente perdeu o produto, então a gente aprendeu, então, agora não tem que produzir só o PAA. O PAA é uma ajuda, uma porta de "escapa" podemos dizer, mas devemos ter outra fonte para se o PAA não funcionar a gente viver, então hoje eu tenho uma nova fonte para vender". (Agricultor III)*

Os Agricultores I e IV comentam que se o PAA parasse de funcionar dedicariam seus produtos ao comércio nas feiras.

Na percepção dos produtores, a administração deveria abrir novos pontos para comercialização. Se isso acontecer, os produtores que produzem em escala de comercialização poderiam alternar suas vendas em diferentes pontos, conseguindo assim vender seus produtos com mais frequência.

Pode ser analisado que os agricultores, apesar de conscientes da necessidade de buscar um novo mercado ainda não possuem um mercado fixo para comercializar os seus produtos. Com exceção dos Agricultores III e IV, que possuem pontos na feira e produzem com regularidade, os demais focam em produzir para comercialização somente ao mercado institucional do PAA e vendem o que sobra da entrega ao programa para conhecidos que possuem pontos na feira, ou atravessadores que buscam os seus produtos em suas propriedades para revender em locais distintos. O Agricultor II é dependente do PAA, não possui nenhum mercado para comercializar os seus produtos, mesmo sabendo que precisa procurar outro mercado para se inserir, contudo a cota desse produtor é maior devido a utilização de duas DAPs. Os produtores concordam que o PAA é um incentivo do governo para que os produtores consigam continuar produzindo em nível de comercialização, porém falta maior conscientização e força de vontade para que consigam se inserir em um mercado fixo e diferente do mercado institucional.

4.3 O programa e sua contribuição para a inserção dos agricultores familiares no mercado pela percepção de gestores.

Foram procurados dois gestores para realizar a entrevista. O primeiro gestor é responsável por incluir as informações dos produtores no SISPAA e está em contato direto com os produtores rurais do Paranoá-DF inseridos no programa.

O segundo Gestor é servidor da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI e está lotado na Coordenação de Compras Institucionais, conhecendo a operacionalização do programa e a importância do mesmo para os agricultores familiares.

Na opinião do Gestor I, o PAA é um programa inovador e muito bem pensado, porque trabalha com duas pontas de população, o produtor familiar e o público da filantropia. Ele comenta que a qualidade do produto é ótima, pois o programa compra os produtos pela manhã e na parte da tarde já se encontram na mesa do público

beneficiário, não gerando estoque. O Gestor II também possui essa percepção, e comenta também que satisfação, no que se refere a qualidade alimentar da população que consome o produto é imensa.

Ele acredita que o PAA contribui para a inserção dos agricultores familiares ao mercado, pois o programa contempla diversos tipos de produtores, como os que estão começando, os que produzem e vendem seus produtos a algum tempo e os que dominam a produção (que possuem maior qualidade). Ele menciona também que os produtores que estão começando possuem muitas dificuldades, pois são descapitalizados, sem recurso para investir na atividade, principalmente na questão de hortaliças, e para esse produtor é um aprendizado, pois ele vai começar a se adequar a exigência do mercado, e vai produzir alimentos com qualidade, constância e padrão. O Gestor II diz que o PAA é uma escola para o produtor:

> *"A gente entende que o PAA é como se fosse a primeira escola do produtor, porque é ali que ele pode errar, pode errar na classificação, na emissão de nota fiscal, então no PAA é onde ele vai aprender tudo isso: padronização de produto, classificação de produto, poder de barganha. Ele começa a ter noção de mercado: o que é comprar, o que é vender, o que é negociar. Então dali ele sai apto a entrar em novos mercados" (Gestor II)*

Os Gestores mencionam que o agricultor familiar possui dificuldade em se inserir em outro mercado após a participação no programa, mas o programa ensina o produtor a conseguir atender as exigências dos mercados alternativos.

Ele comenta que é normal chegar produtores para entregar os alimentos ao programa em uma bicicleta, e outros em um caminhão.

> *"O PAA contribui porque a visão do programa não é ser comercial, ele não quer saber se o cara teve dificuldade em produzir seus alimentos, em transportar, pois quem executa sabe a dificuldade do produtor, e sabe da necessidade das unidades beneficiárias e tenta fazer um meio termo." (Gestor I)*

De acordo com o gerente, em muitos casos o PAA é o único mercado do produtor, mas ele não deveria ser o único. Isso faz com que muitas vezes ele produza alimentos para entregar ao programa, pois já sabe a época que o PAA começa a receber produtos, mas devido a algum problema o PAA não opera no tempo correto e o produtor perde o produto, no caso de não ter um mercado alternativo.

O que o Gestor I comenta pode ser observado na entrevista com os produtores. Pois eles muitas vezes entregam o produto com o processo de colheita atrasado, o

que difere na qualidade do alimento. Esse atraso no processo de colheita está ligado a não operacionalização do programa no tempo estipulado, fazendo com que os produtores produzam o produto em uma época, esperando colher no tempo certo para entregar ao PAA, mas por fatores burocráticos isso não acontece e a entrega ao programa atrasa. Como grande parte dos produtores não possuem um mercado alternativo fixo para comercializar os produtos, os mesmos ficam em “espera” para serem colhidos e entregues ao programa. Se esses agricultores fossem entregar o mesmo produto a um mercado competitivo, certamente o preço pago por eles seria inferior ao de alimentos com mais qualidade e que foram colhidos no tempo certo.

No que se refere à inserção dos agricultores familiares, ele diz:

> *“O PAA não é suficiente para inserir os alimentos da agricultura familiar no mercado. Esse fato é devido à demanda de alimentos no DF ser muito grande e o PAA é pensando para o Brasil como um todo. O programa pega lugares que a produção é muito alta e lugares que a produção é baixa, por diversos motivos. O perfil do produtor de alimentos brasiliense é diferente e o PAA não é suficiente.” (Gestor I)*

Já para o Gestor II o PAA é o começo, e na atual situação da agricultura familiar é o suficiente para inserir os agricultores ao mercado de alimentos. Ele comenta que a agricultura familiar vem recebendo incentivos a pouco tempo, e que antigamente não existia essas políticas públicas para valorizar a agricultura familiar. O que o Gestor II comenta pode ser analisado no referencial teórico do estudo, aonde diversos autores, como Savoldi e Cunha (2010) e Navarro (2010) mencionam que o começo dos incentivos para a agricultura familiar se deu a partir dos anos 90.

O Gestor II comenta também que pode soar estranho, mas raramente os agricultores familiares conseguem atingir a cota do programa. Questionado se ele acharia a cota do programa alta, ele menciona que o jeito que vem sendo feito ao longo dos últimos anos é o correto, aumentando gradativamente, porque isso acompanha a evolução e o grau tecnológico dos agricultores familiares. O que o Gestor II comenta é abordado no tópico 4.1.1, na qual raramente o valor médio pago a cada produtor atinge a cota.

O Gestor I comenta que há outros canais de comercialização para a agricultura familiar. Como o CEASA, que possui um local exclusivo para os produtos da agricultura familiar. Os mercados atacadistas, que demandam maior volume (feiras locais), as feirinhas de orgânicos, que estão muito fortes atualmente, os mercadinhos

regionais (sacolão e verdurão) quando são mais organizados, os pontos de venda individuais, como em entrequadras e em condomínios. O Gestor II compartilha da mesma ideia do Gestor I

Esse canal de comercialização do CEASA que foi mencionado pelo Gestor I no parágrafo anterior foi inaugurado no dia 09 de maio de 2015, e para obter acesso a esse canal de comercialização o produtor precisa ser associado a alguma cooperativa/associação. O agricultor V mencionou que esse canal de comercialização seria uma alternativa para ele caso o PAA pare de ser operado. Os outros canais de comercialização que o gestor comenta que há possibilidade da agricultura familiar se inserir, se o mesmo tiver força de vontade e capacidade de se organizar.

Os dois gestores acreditam que as grandes redes de varejo não valorizam o produtor familiar. Elas se preocupam com preço e volume, questões fiscais e tributárias, questões logísticas e etc. Os produtores precisam entregar com constância. O Gestor I diz que para que o produtor familiar consiga esse mercado, é preciso ter uma cooperativa/associação muito forte e organizada, e no Distrito Federal isso é difícil de encontrar, o Gestor II comenta que quando o agricultor familiar tiver preço e qualidade ele compete com qualquer outro. Ele comenta que o pequeno produtor está nas feiras regionais, no Centro de Abastecimento (CEASA), no mercado institucional (que o PAA está mais avançado) e nos pontos de vendas individuais.

O Gestor I diz que o produtor cadastrado no PAA só se preocupa em produzir e entregar na URDA, ele não possui muita demanda de logística. Ele acredita que isso é o sucesso do PAA em relação aos outros mercados institucionais.

O que o Gestor I comenta pode servir de base para que os agricultores sejam “cômodos”[4] do programa. Como a maior parte dos agricultores não possuem transporte, a EMATER se responsabiliza em buscar os alimentos dos produtores e leva-los nas URDAs. Esse processo logístico não é trabalho da EMATER, e nem do PAA. Os extensionistas fazem isso para ajudar o produtor a entregar os seus alimentos na URDA e diminuir os gastos do agricultor. O Gestor II comenta que no caso dos agricultores familiares do Paranoá eles ficam presos ao mercado institucional por causa da “mordomia” que os extensionistas dão a eles:

[4] A palavra cômodos quer dizer comodidade por parte dos produtores. Essa comodidade se refere a não burocracia do mercado institucional, que faz com que os agricultores tornem o programa um dos principais mercados para escoar os seus produtos

> *"Os extensionistas lá são muito paternos, só falta colocar no colo e levar. Eles colocam mandioca, colocam milho no carro da EMATER. Você não tem que dar o peixe, tem que ensinar a pescar, mostrar novos mercados para os "caras". O Paranoá tem um mercado imenso, tem que conversar com a feirinha, brigar com a administração regional para abrir espaço para agricultura familiar. Eles são excelentes técnicos, mas eles faltam colher pro cara e levar" (Gestor II)*

O Gestor I comenta que o maior problema do PAA é a quebra de entrega. Pois o programa para de operar em um determinado período para relatório, prestação de contas e etc., e o produtor as vezes produz para entregar nessa data. Já o Gestor II comenta que a burocracia para rodar o programa é muito grande, tendo muitas exigências, e que poderia ser mais prático, deveria abrir mais URDA's, ampliar o número de unidades beneficiadoras. O Gestor II comenta que as unidades beneficiárias deveriam ser selecionadas pelas administrações regionais, pois eles conhecem o perfil da filantropia melhor do que a Secretaria.

O Gestor I comenta também que a cota é muito baixa. Se a cota fosse maior, os produtores poderiam direcionar os seus produtos totalmente, ou a maior parte, para o programa, pois o PAA não escolhe produtos, ele compra o que o produtor escolhe. Assim o produtor vende ao programa aquilo que ele sabe produzir.

Confrontando o Gestor I, o Gestor II acredita que o PAA não deve servir como o único mercado do produtor, e aumentando a cota sem acompanhar o aprendizado do produtor o programa se tornaria comercial, o que não faz parte dos seus objetivos.

O Gestor I afirma que muitas vezes o produtor começa a vender na CEASA. Quando o preço está bom, ele só entrega na CEASA e não entrega no PAA. Quando preço cai no CEASA e o preço do PAA está mais atrativo, entrega ao programa.

O que o Gestor I comentou é bom para o produtor porque ele consegue vender melhor. Porém, pode-se dizer que o ponto ruim é que as entidades ficam sem produtos em determinadas épocas do ano. Esse fato foi abordado no referencial teórico, tendo como base o posicionamento de Maciel (2008), que diz que o produtor rural escolhe o mercado institucional ou o convencional com base no preço praticado por eles.

Foi perguntado ao Gestor I se ele acha que alguns produtores se tornam "cômodos" com o PAA. Ele respondeu que sim, e que existe um mercado alternativo para quase todos agricultores familiares comercializarem o seu produto. Menciona que teve épocas em que a EMATER fazia reuniões para ensinar o produtor e mostrar

para ele como conseguir outro mercado, mas isso vai muito da vontade dos agricultores em produzir em nível de comercialização.

Na percepção do Gestor I o PAA contribui para regular preço. Ele dá o exemplo do morango na época da safra, ele diz que o PAA comprou 4 toneladas por semana, e o preço no CEASA aumentou o valor pago porque não tinha morango no mercado, apesar de ser uma época de muita oferta de produtos e a tendência do preço seja cair. Ele menciona ainda que uma suposta contribuição ao programa seria maior compromisso com os produtores, pois alguns plantam em uma época esperando entregar pro PAA, mas por questões hierárquicas o programa não pode receber os produtos no prazo estipulado.

Com base nas informações evidencias de acordo com a percepção dos gestores do programa, o PAA contribui para inserir os agricultores no mercado de alimentos, ensinando os mesmos a produzir de acordo com o padrão que os outros mercados exigem, se tornando assim uma porta de entrada para esses outros canais de comercialização. Todavia, nem todos produtores conseguem se inserir após a participação no PAA, pois eles possuem dificuldades em outras etapas da cadeia produtiva. Muitos conseguem produzir em nível de comercialização, mas possuem dificuldades na distribuição desses alimentos e, muitas vezes, não possuem recursos para atingir outros mercados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado no decorrer desta pesquisa, pôde-se concluir que o Programa de Aquisição de Alimentos é uma porta de entrada para agricultores menos capitalizados se inserirem no mercado. O programa ajuda os produtores a produzir de acordo com os padrões que os mercados competitivos exigem, melhorando a qualidade dos produtos e servindo como uma escola para o produtor que começa a entregar no mercado institucional.

Todavia, nota-se uma dificuldade dos produtores rurais em conseguirem outros mercados para escoar a sua produção, apesar dos agricultores familiares estarem cientes que o objetivo do programa não é ser somente comercial, e sim se tornar mais um mercado no qual os produtores aprendam a comercializar o excedente da sua produção. Essas dificuldades que os produtores encontram variam desde a falta de organização ou até mesmo a falta de interesse de sair a procura de um mercado diferente do mercado institucional.

De acordo com os gestores e até mesmo os próprios produtores, há mercados diferentes dos institucionais que aceitam os alimentos produzidos pela agricultura familiar, como as feiras, os mercadinhos regionais, os pontos individuais e etc. O que falta é a capacidade dos produtores de produzir em escala para atender esses mercados e organização para que os mesmos possam se articular e negociar esse novo ponto de comercialização.

Como os agricultores familiares entrevistados são produtores descapitalizados e sem acesso tecnologia, a falta de uma produção que possa atingir diversos mercados é, muitas vezes, por essa falta de recursos, tanto financeiros como naturais, como o acesso a água.

Como pôde ser analisado nos resultados, a quantidade média que os produtores entregam ao mercado institucional é, na maioria das vezes, menor que a cota máxima do programa, o que pode ser explicado pela falta de tecnologia e também de recursos desses agricultores familiares, impedindo os mesmos de atingir outro mercado.

Se os agricultores familiares atingissem um grau tecnológico que os possibilitasse produzir com maior frequência e eficiência, a saída para que os mesmos conseguissem atingir outros mercados seria as associações de produtores. Todos os agricultores entrevistados são associados a alguma cooperativa ou associação. Com

uma melhor gestão dessas associações, elas poderiam adquirir através da Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Rural, um transporte para levar os alimentos produzidos para a comercialização, facilidades de crédito, maior poder de articulação, etc.

Apesar de um dos objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos ser fortalecer a agricultura familiar, nota-se que o programa está mais dedicado em garantir a segurança alimentar de populações vulneráreis através das unidades beneficiárias, o que não é errado. Todavia, faz-se necessário um maior compromisso com as datas de execução do programa, pois como foi mostrado, existem produtores que são dependentes dessa política pública.

A pesquisa pôde indicar um panorama geral do que está acontecendo na região do Paranoá. Teóricos abordados no referencial teórico, como Grisa (2014) e Maciel (2008) comentam aspectos citados nesta conclusão em seus artigos. A percepção dos gestores entrevistados levam a crer também que essas são as atuais realidades do Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal.

Entre as principais dificuldades/limitações para realizar a pesquisa está a disponibilidade de dados sobre a agricultura familiar no Distrito Federal, sobretudo no que diz respeito a sua caracterização. A relação estreita das localidades como o Paranoá com áreas mais urbanizadas no Distrito Federal poderia mostrar, tanto características particulares dessa agricultura familiar como alternativas para sua inclusão social e econômica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; SAES, S; SOUZA, M. C; MAGALHÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**. p. 1-75. Brasília, 2003.

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. Anais..., 1997, 29p. (Texto para discussão.). *Apud* SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. cap. 11, p. 275-290.

AQUINO, J. R. de A.; SCHNEIDER, S**.** (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. **I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a pobreza e a desigualdade**. Natal-RN, 2010.

BRASIL. Decreto 7.775 de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 de julho de 2012; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 15/10/2014.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de julho de 2012; Disponível e: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 08/08/2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar. Acesso em: 20/10/2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Emissão de Extrato DAP. Brasília, 2015. Disponível em: http://smap14.mda.gov.br/extratopf/. Acesso em: 30/03/2015

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar**. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125. Acesso em: 28/10/2014.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios**. Brasília. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Sobre a agricultura familiar. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=263&nw=1>. Acesso em: 10/09/2014.

CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FFE**. Porto Alegre, 2010.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DIRIGINDO DO DISTRITO FEDERAL – COOPA/DF. **Quem somos**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.coopadf.com.br/quem-somos. Acesso em: 04/04/2015.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Informações agropecuárias do Distrito Federal**. Brasília, 2013.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=70. Acesso em: 05/11/2014.

FEITOSA, A. M. A. **A agricultura e a agricultura familiar**. Montes Claros. Universidade Federal de Montes Claros: 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, UEC, 2002.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 6, n. 2. Porto Alegre, 2009.

GUANZIROLI, C. E; BUAINAIN,A. M; DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 2012.

GUILHOTO, J.M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R.C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. **Agência Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**. São Paulo, 2007.

HIRAI, W. G; ANJOS, F.S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**. v. 6 n. 2 p. 335-353. Porto Alegre, 2007.

I PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Governo do Distrito Federal**. Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário.** Brasília, 2006.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar**. Maranhão, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. ASCOM/MDS. Brasília, 2012.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R.K.; HIRSCH, A.; PIMENTA, F. M.; GUIMARÃES, D. P. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Minas Gerais: EMBRAPA, 2012.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos:** potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista de Economia**. v. 45, p. 83-91. Florianópolis, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (16ª. Ed) Petrópolis: Vozes. 1994.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde**. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fio cruz,2003. p.117-42.

MONOPSÔNIO. In: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Brasil. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/monopsonio/>. Acesso em: 30/10/2014.

NAVARRO, Z. **A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In: A Agricultura Brasileira Desempenho, Desafios e Perspectivas. Brasília: IPEA, 2010, cap. 7, p. 186-209.

NUNES, P. CONCORRÊNCIA PERFEITA. In: DICIONÁRIO Ciências Econômicas Empresarias. Economia. Brasil. Disponível em: <http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/concorrenciaperfeita.htm> Acesso em: 30/10/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Políticas Agroambientais Brasileiras para a Segurança Alimentar e o combate à fome**. 2014.

PAULA, M. M; KAMIMURA, Q. P; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**. 2014.

SAVOLDI, A; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970. **Revista Geografar,** Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, 2010.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório interno**. Brasília, 2015.

SILVA, W. H; SILVA, M. A.; BRANDÃO, V. S; SILVA, E. A; TEIXEIRA, P. S. D. AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: uma análise acerca da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Unaí, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Goiânia, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. 49º Congresso Internacional de Americanistas. Quito, Equador, 1997.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2003.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. In: Anais do Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina. Campinas – SP: UNICAMP, 2003.

_____. A agricultura familiar face ao novo padrão de competividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA PRODUTORES RURAIS FAMILIARES – O Programa de Aquisição de Alimentos e a Inserção dos Agricultores Familiares no mercado de alimentos: um estudo de caso na região rural do Paranoá-DF

- Objetivo da pesquisa
- Autorização de gravação
- Garantia de sigilo
- Dúvidas ou sugestões
- Agradecimento

DADOS DO ENTREVISTADO

Nome:

Data:

Idade 18 a 30 ( ) 31 a 40 ( ) 41 a 50 ( ) 51 a 60 ( ) 60 ou mais ( )

Grau de instrução:

Estado Civil:

Possui filhos? Quantos?

Naturalidade:

Tempo que reside no campo? Aonde morava antes? Desenvolveu atividades na área agropecuária em sua última propriedade?
A entrevista está organizada em dois blocos: o primeiro diz respeito à agricultura familiar e as políticas públicas para fortalece-la e a segunda especificamente sobre o Programa de Aquisição de Alimentos

PERGUNTAS

Bloco Agricultura Familiar

1. O que o(a) senhor(a) entende por Agricultura Familiar?
2. O(a) senhor(a) se considera um agricultor familiar? Porque?
3. O(a) senhor(a) possui algum emprego fora da propriedade rural?
4. Seus filhos(a) e sua(seu) esposa(o) residem na propriedade? Eles o ajudam nas atividades agrícolas? Eles exercem algum trabalho fora da propriedade rural?
5. O(a) senhor(a) possui algum funcionário que trabalhe na propriedade?
6. A assistência técnica que o governo oferece aos produtores da região é suficiente para que consiga vender seus produtos?

Bloco PAA

7. Poderia, por favor, me falar sobre quais são os objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos
8. Como o senhor conheceu o Programa? Como é o processo para participar do mesmo?
9. Como é feita a execução do Programa aqui no DF? Pode, por favor, me explicar os procedimentos (fases ou etapas). Poderia ser algo mais tranquilo?
10. Alguém influenciou o(a) senhor(a) a participar do programa? Quem?
11. O(a) senhor(a) procura outro tipo de mercado para comercializar os seus produtos? Porque? Quais os locais que o(a) senhor(a) comercializa os seus produtos?

12. Quais os alimentos que o(a) senhor(a) produz? Quando o senhor começou a produzir alimentos? Teve algum incentivo para começar a produzir?
13. O(a) senhor(a) produz e comercializa alimentos com qual frequência? Essa frequência depende de algo? Se sim, de que?
14. Caso o programa deixe de operar, teria onde comercializar seus produtos?
15. O que o senhor acha que deveria ser feito para favorecer a comercialização dos produtos em outros mercados diferentes do PAA?
16. O(a) senhor(a) participa de alguma cooperativa/associação?
17. Como o(a) senhor(a) avalia as políticas públicas para a agricultura familiar?

AGRADECIMENTOS

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
GESTÃO DE AGRONEGÓCIOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES – O Programa de Aquisição de Alimentos e a Inserção dos Agricultores Familiares no mercado de alimentos: um estudo de caso na região rural do Paranoá-DF

- Objetivo da pesquisa
- Autorização de gravação
- Garantia de sigilo
- Dúvidas ou sugestões
- Agradecimento

DADOS DO ENTREVISTADO

Nome:

Data:

Grau de instrução:

Cargo:

PERGUNTAS

1. Qual a sua percepção sobre o Programa de Aquisição de Alimentos?
2. Em sua opinião os objetivos do programa estão sendo cumpridos?
3. Especificamente em relação à inserção a mercados por parte dos agricultores familiares, este programa está contribuindo?
4. Essa ação é suficiente para que a totalidade da produção de alimentos da agricultura familiar no DF seja comercializada?
5. Há outros canais de comercialização para a agricultura familiar? Quais?
6. O mercado privado do DF valoriza os produtos deste segmento da agricultura familiar?
7. Esse mercado privado pode ser uma alternativa ao PAA?
8. Quais os pontos positivos do programa em sua opinião?
9. Quais as limitações que o(a) senhor(a) vê no programa?
10. Como um dos responsáveis pela execução dessa política pública, o(a) senhor(a) teria alguma sugestão para o PAA contribuir com maior eficiência para a inserção dos agricultores ao mercado?

AGRADECIMENTO